

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 6 DE JULHO DE 1998

*Senhor Ministro Edward Amadeo; Senhores Ministros de Estado; Senhoras e Senhores,*

Nós, desde o início do ano, temos tomado as medidas possíveis para fazer face à questão do desemprego, que, como disse de maneira muito apropriada o Ministro Amadeo, se acentuou com a questão da crise da Ásia e nos levou a tomar algumas medidas, que tiveram efeitos sobre a nossa economia, diminuindo o seu ritmo de crescimento e, conseqüentemente, levando a uma situação de maior instabilidade, no que diz respeito à oferta de empregos.

Isso é uma situação transitória, no nosso modo de entender. A economia brasileira tem um dinamismo grande, e o Governo tem uma preocupação maior ainda no sentido de que esses níveis de desemprego não ultrapassem limites do insuportável.

Nós estamos trabalhando, portanto, com a expectativa de que haverá uma melhora crescente na situação de emprego. Quero repetir o que tenho dito muitas vezes. Esses índices de desemprego – e nós dispomos, normalmente, de índices que medem o desemprego apenas nas regiões

metropolitanas – refletem processos diferentes: por um lado, a oferta de novos empregos e a diminuição de postos de trabalho; e, por outro lado, a oferta de mão-de-obra, ou seja, o número de pessoas que se acrescentam à população economicamente ativa.

Nós precisamos fazer crescer a oferta de empregos mais depressa ou tão depressa quanto o nível de crescimento da população economicamente ativa. A nossa população, hoje, cresce, no Brasil, a uma taxa relativamente baixa, de 1.3% a 1.4% ao ano. Não obstante, nós estamos absorvendo, no mercado de trabalho, pessoas que nasceram há vinte anos – portanto, quando a taxa de crescimento demográfico era elevada, se aproximava dos 3%.

Logo, nós temos, neste momento, uma espécie de gargalo em que não apenas há a questão da crise da Ásia, que nos levou a uma diminuição no ritmo de oferta de postos de trabalho. Existe, por outro lado, a questão de que nós ainda temos que nos haver com ofertas crescentes de mão-de-obra, de pessoas que ingressam na população economicamente ativa.

O dinamismo da economia brasileira foi muito acentuado nas últimas décadas, apesar de que, de 82 a 92, houve, realmente, um processo de ziguezague, que foi prejudicial. Mas, de qualquer maneira, nós absorvemos, na população economicamente ativa, um contingente apreciável de mulheres. O aumento, na composição da força de trabalho, do número de mulheres, é significativo. Nós, hoje, temos mais de 40% da população economicamente ativa compostos por mulheres. O que é um sinal excelente, porque não apenas significou que a economia foi capaz de absorver, como significou que as mulheres tiveram – e terão, crescentemente – maior participação não só na produção, mas no próprio país, porque elas estarão assumindo funções cada vez mais cruciais para o desenvolvimento do Brasil.

Não obstante, portanto, sermos um país de jovens – por causa da taxa demográfica – e em que as mulheres estão crescendo na sua participação na força de trabalho, foi possível manter a oscilação no nível de desemprego, como disse o Ministro Amadeo, ao redor de 5,5%. Bom, houve um crescimento, e nós, com as medidas tomadas, esperamos que

esse crescimento da taxa de desemprego agora esmoreça e que possamos, daqui por diante, ter índices menos preocupantes.

Não há milagre nessa matéria. Nessa matéria o que há é trabalho e competência. E não adianta fixar metas abstratas, porque as metas não se cumprem quando não há as engrenagens que levem à consecução dessas metas. O Ministro Amadeo mostrou algumas dessas engrenagens.

Não apenas temos que ter cuidado na formação, treinamento e qualificação da mão-de-obra, como temos, também, que tomar medidas tópicas, algumas das quais foram tomadas – e aqui foram referidas. A principal delas diz respeito à possibilidade que houve da baixa da taxa de juros, em função de já termos conseguido superar os efeitos imediatos, negativos, da crise asiática.

Devo recordar que, no que diz respeito à questão não só do emprego urbano, mas também do emprego rural, a baixa de taxa de juros na oferta de crédito agrícola, este ano, é muito significativa. A taxa de juros, para os empréstimos do programa chamado Pronaf, que é um programa criado neste governo e que, neste momento, alcança já, em termos de valor, para este ano, 2 bilhões e 300 ou 400 milhões de reais, a taxa de juros, nesse tipo de empréstimo, que é para os pequenos – para a agricultura familiar, na verdade – é de 5.75%.

Não quero dizer qual é a taxa de inflação, porque o Ministro da Fazenda poderá me corrigir, mas, de qualquer maneira, nós poderemos pensar que ela vai flutuar entre 3 e 4%. Logo, a taxa de juros efetiva, real, é de 2 a 3%. E, mesmo nos empréstimos agrícolas para a produção normal, não só da agricultura familiar, mas para as empresas, baixou para 8.75%. Isso significa a mais baixa taxa de juros nas últimas décadas, no Brasil. Isso terá efeito, obviamente, no dinamismo do setor agrícola, que é um setor importante para a retenção de mão-de-obra e para a oferta de emprego.

O Ministro acabou de anunciar um passo muito importante nessa mesma direção, ao mencionar que o Proger, um programa para empresas pequenas, na cidade, vai ter um seguro para os empréstimos. Esse seguro é muito importante, porque permite que as instituições financeiras corram o risco. Elas não gostam de correr risco, mas terão mais condições de

aceitá-lo, porque esse risco estará mais assegurado por esses mecanismos de garantia que estão sendo oferecidos através do Proger.

E mais: o Ministro tocou em um ponto que é extremamente importante, que diz respeito ao capital de giro. Quem conhece a economia da pequena empresa, da microempresa sabe que onde ela se asfixia é no capital de giro. E, quando a empresa é obrigada a tomar recursos para o capital de giro no crédito especial, ela está marcada para morrer. Não podemos assistir a isso sem atuar. É por isso que nós estamos, agora, criando esse mecanismo, aumentando a participação percentual do capital de giro nos empréstimos do Proger, com taxas de juros compatíveis com uma empresa que tem um pequeno fôlego para agüentar essas dificuldades pelas quais estamos passando.

Não vou repetir – não é necessário – o que o Ministro já disse, no que diz respeito a IPI de automóveis, mas quero me referir a uma outra área muito importante, que é a área de programas habitacionais. Quando o Ministro Paulo Paiva, que hoje está no Planejamento, era Ministro do Trabalho, ele já estava preocupado com essas questões. E nós continuamos preocupados com elas. A verdade é que houve, realmente, também uma série imensa de medidas que foram sendo tomadas no decorrer desses quatro anos, mas que se aceleraram em função do já referido processo de crise asiática, porque nós tínhamos que compensar os efeitos negativos com uma oferta melhor de trabalho.

Hoje, temos muitos programas na área habitacional que, seguramente, vão oferecer possibilidade de um crescimento maior do setor de construção civil, da pequena construção, da reforma das casas, coisas concretas para a população e que se medem, por exemplo, através do crescente aumento da produção de cimento e da manutenção de uma prática que começou com o Real, que é da produção de cimento em sacos de um quilo. Ou seja, é a pequena propriedade, é o pequeno, aquele que está, pouco a pouco, melhorando a sua casa.

Agora, além disso, nós estamos dando créditos para reforma de casa, novos tipos de créditos, facilidades na obtenção desses créditos na Caixa Econômica, a utilização do FGTS nessa direção. Enfim, há muitas

medidas que já estão sendo – não é que estão sendo tomadas agora –, que vêm sendo tomadas e que estão começando a se concretizar.

Far-se-á o que for necessário, repito. Só não vamos prometer nem milagre e nem metas inexecutáveis, porque temos responsabilidade. Mas, dentro dessa “prisão” responsável, nós vamos combater o desemprego com a mesma energia com que, no passado, combatemos a inflação – e continuamos combatendo, para que ela se mantenha sob controle. É um processo, não é uma decisão – como foi um processo, e ainda é, o do controle da inflação – esse de nós estarmos sempre atentos à recuperação da questão do emprego.

Por fim, quero ressaltar o que o Ministro Amadeo disse, de forma muito apropriada, sobre a legislação trabalhista e sobre algumas medidas específicas nessa área de aperfeiçoamento da legislação trabalhista. Hoje, há poucos instantes, nesta mesma sala, nós assistimos à assinatura de 397 contratos da Petrobras com a Agência Nacional do Petróleo, marcando, de forma expressiva, depois de um ano de aprovação da lei – que foi em 6 de agosto do ano passado, e porque a lei assim dizia, rezava que era um ano depois –, marcando a modificação completa da visão que se tinha do Brasil quanto à questão da produção de energia e do petróleo, em particular. Eu disse que gostaria de fazer com que a Era Vargas fosse uma página virada da nossa história – e, sempre que me refiro a isso, faço também minha homenagem à Era Vargas, que teve o condão de, realmente, construir um Brasil melhor. Mas chegou o momento do seu esgotamento.

Pois bem, nós estamos assistindo, aqui, ao começo dessa virada de página na história da Era Vargas, em um dos seus aspectos mais significativos, que é a Consolidação das Leis do Trabalho, a CLT – a CLT, que foi fixada dentro daquele clima da época e, depois, foi transformada como se fosse um texto sagrado, esquecendo os que assim fizeram que a CLT e a visão do sindicalismo brasileiro eram uma visão fascista, uma visão que foi constituída no período em que as idéias do Mussolini tinham um papel predominante na mente dos dirigentes. Realmente, houve um controle do Estado sobre o movimento trabalhista, e esse controle foi desaparecendo com as lutas políticas, com as reformas ha-

vidas, com a redemocratização, de tal maneira que, efetivamente, o espírito não é mais o espírito fascista, mas a carcaça é. E a carcaça prende muito, diminui o dinamismo dos sindicatos, das relações de trabalho. E assim por diante.

Nós estamos abrindo uma discussão importante no conjunto dessa matéria, discussão que, tenho certeza, terá eco na CUT, na Força Sindical, na CGT, enfim, em todos os órgãos sindicais responsáveis. Não vou dizer que estejam todos de acordo, *stricto sensu*, com o que se proporá. Mas, certamente, eles também sabem que a Era Vargas acabou. Eles também sabem que viver do imposto sindical é viver como parasita. Eles também sabem que a multiplicação de sindicatos falsos, com mero objetivo de ter vantagens, por exemplo, de juizes classistas, e por aí vai, é uma coisa obsoleta. Eles também sabem que certas funções normativas da Justiça do Trabalho são anacrônicas. Se todo mundo sabe, chegou a hora de fazer uma varredura, chegou a hora de mudar, virar também essa página da nossa história.

Como não nos parece que seja adequado fazê-lo de forma imperativa, nós estamos, com o Ministro do Trabalho, como já havia sido iniciado pelo Ministro Paulo Paiva, incentivando o debate. Mas, em algumas áreas, podemos já ir além. Por isso há uma série de medidas que já foram tomadas aqui. Estamos eliminando uma série imensa de dispositivos da CLT, da Consolidação das Leis do Trabalho, que são incompatíveis com a nossa Constituição. Então, nós já estamos eliminando uma série importante de dispositivos obsoletos que aí se encontravam. E nós esperamos que haja um debate nessa matéria.

Creio mesmo que a oposição maior virá do setor sindical patronal, maior do que do setor sindical dos trabalhadores, em certas áreas, em certas matérias, porque dizem respeito, realmente, a uma carcaça que tem recursos. E esses recursos têm que ser rediscutidos democraticamente com a sociedade.

Por todas essas razões – creio que não preciso me estender mais –, acho que essas modificações vão também facilitar um dinamismo maior nas relações de trabalho, uma adaptação maior da força de trabalho às condições do presente. Vão permitir – por isso está tão ansioso por

elas também o Ministro da Previdência Social, que aqui se encontra –, portanto, que haja mais emprego formal, para que nós possamos financiar de forma mais adequada a Previdência Social. E, por conseqüência, vão permitir que haja um avanço efetivo nas relações de trabalho no Brasil.

Espero que o Congresso Nacional comece a debater. Isso leva tempo, sempre leva tempo. É natural que leve tempo, mas quero dizer que, assim como, há poucos dias, na OAB, a Ordem dos Advogados do Brasil, me referi à imperiosa necessidade de nós enfrentarmos a questão da reforma política, estamos já dando os passos em outra imperiosa necessidade, que é a de enfrentarmos a reforma do conjunto dos dispositivos legais que regem as relações de trabalho no Brasil.

É com esse propósito, portanto, que nós fizemos este ato e que quisemos formalizar publicamente as decisões tomadas. Nós queremos mostrar que, efetivamente, estamos virando ou, pelo menos, começando a virar mais uma página da nossa história, repito, não para desmerecer o passado, mas para mostrar que, construídas as estacas, agora é preciso elevar uma casa de outro tipo, que não seja amarrada àquelas estacas e, portanto, que nós vamos ter que reestaquear alguns setores, para que o edifício que estamos construindo, de um Brasil democrático, seja efetivamente sólido.

Finalizo, de fato, dizendo o seguinte: se é muito importante refazer a infra-estrutura, como nós estamos refazendo, se é tão importante tomar as medidas necessárias para que a economia continue crescendo, mais importante do que tudo é construir-se uma nova sociedade – construir-se uma sociedade baseada em relações mais dinâmicas, com maior coesão social, com outras formas de solidariedade, com a participação mais firme de cada um, com a noção plena de que os direitos individuais são inalienáveis, são sagrados – não vamos tocar em nenhum deles – mas também com a consciência de que, no mundo de hoje, ou nós temos uma visão dessa nossa sociedade que não seja de apropriação por alguns segmentos das vantagens do progresso ou nós não vamos criar nova sociedade nenhuma. Nós vamos falar dela e vamos utilizar os benefícios eventualmente colhidos apenas para reforçar o poder de quem já tem o

bem-estar, de quem já tem os direitos, que são aqueles que já os possuem, sem ampliar a cidadania.

Essa nova sociedade a que estou me referindo implica essa ampliação de cidadania e implica, portanto, uma modificação legislativa que permita a inclusão crescente de brasileiros na proteção legal e nas melhores virtudes de um Estado democrático.

Muito obrigado.